

# Opinião

**Valor** ECONÔMICO

Jornal econômico de circulação nacional, publicado desde 2 de maio de 2000 pela Valor Econômico S.A.

**Diretora de Redação:** Vera Brandimarte

**Diretora Adjunta de Redação:** Claudia Safatle

**Conselho Editorial:** Agostinho Cardoso Vieira, Aluizio Maranhão Gomes da Silva, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Celso Pinto, Luís Frias, Nicolino Spina, Otavio Frias Filho, Roberto Irineu Marinho e Vera Brandimarte

## Contrato irregular reduz oferta de energia de térmicas

**A** Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) detectou irregularidades em contratos de fornecimento de combustível assinados entre a Petrobras e sete usinas termelétricas e, por isso, ameaça não autorizar o início de funcionamento dessas usinas, o que poderá criar um “buraco” de 820 megawatts (MW) na oferta de energia em 2009. Não se trata de algo desprezível. Esse volume equivale a 13,6% da expansão de capacidade de geração de energia prevista para este ano.

Ao assinar contratos com as usinas, a estatal ignorou, segundo disse ao **Valor** o diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman, três resoluções da agência. Segundo elas, os contratos deveriam incluir cláusulas prevendo multas pesadas em caso de interrupção no suprimento do combustível que faz as usinas funcionarem e também no caso de não fornecimento de energia pelas usinas. Sem essas cláusulas, não há como apurar responsabilidades em caso de falha na oferta de energia.

Kelman, que deixa amanhã o comando da Aneel, chamou a atenção para o problema há pouco mais de um mês. As usinas térmicas em questão usam óleo combustível ou diesel para gerar energia. Das sete novas unidades, uma — a Potiguar, localizada em Macaíba (RN), com 52,8 MW de potência instalada — já deveria estar em funcionamento desde dezembro. O restante deveria começar a operar entre janeiro e março, mas, por causa das irregularidades, Kelman avisou que a Aneel não autorizará a sua operação comercial.

Mesmo tendo se comprometido a fornecer o combustível às usinas, a Petrobras deixou claro, com sua atitude, que não deseja correr o risco de, na falta de óleo, arcar com os prejuízos da operação. Sem a inclusão das cláusulas exigidas pela Aneel, as usinas também se vêem desobrigadas de pagar multas, mas podem também ficar sem combustível para funcionar.

O Plano Decenal de Energia, divulgado recentemente pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), prevê que, até 2017, 81 usinas termelétricas entrarão em funcionamento. O mesmo plano diz que, a partir de 2014, a oferta de óleo combustível

para o funcionamento das usinas passará a ser inferior à demanda, o que levará o país à necessidade de importação do produto.

As usinas termelétricas fazem parte hoje da matriz energética brasileira. Elas foram criadas para suprir o mercado quando a principal fonte de geração existente no país — a hidrelétrica — diminui a oferta em épocas de estiagem. Essas usinas produzem uma energia cara e poluente, mas funcionam como uma alternativa que dá segurança ao abastecimento do país.

Para o diretor da Aneel, houve falha, no episódio atual, da EPE, estatal encarregada do planejamento do setor elétrico e presidida por Maurício Tolmasquim. “A EPE não deveria ter habilitado as usinas para o leilão”, reclamou Kelman, informando que era responsabilidade de Tolmasquim ter verificado o atendimento dos contratos às condições fixadas pela agência. Kelman avisou que, se não for encontrada uma solução, o problema pode afetar também as usinas que vão começar a funcionar em 2010. Na sexta-feira, o ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, começou a tratar da questão.

A disputa envolvendo a Petrobras, as usinas e a Aneel não é uma novidade. De 2003 a 2007, a estatal fez corpo mole para fornecer gás natural a usinas que dependiam do combustível para gerar energia. Preferiu entregar o produto a outros compradores — à indústria e às empresas que vendem GNV (Gás Natural Veicular). A decisão provocou um “rombo” súbito de mais de 4 mil MW no sistema e aumentou os riscos de déficit de energia. Agora, a estatal aceita fornecer óleo combustível às usinas, desde que fique isenta de punições, caso não entregue o produto.

É verdade que, no cenário atual, o risco de “apagão” é muito menor. Há sobra de energia, a economia está desaquecendo de forma abrupta e as chuvas afogam o país, enchendo os reservatórios das hidrelétricas. Uma prova disso é que, na semana passada, o governo anunciou que reduzirá em mais de 30% a compra de gás natural da Bolívia. Ainda assim, é preciso encontrar uma solução definitiva para os contratos da Petrobras e das usinas. O que está em jogo é a segurança energética do país.